



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
Centro Universitário de Ciências Humanas, Naturais, Saúde,  
Tecnologia de Pinheiro-MA  
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas

RAIMUNDA NONATA SOUSA ALMEIDA

**EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE  
PALMEIRÂNDIA (MA)**

Pinheiro  
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
Centro Universitário de Ciências Humanas, Naturais, Saúde,  
Tecnologia de Pinheiro-MA  
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas

RAIMUNDA NONATA SOUSA ALMEIDA

**EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE  
PALMEIRÂNDIA (MA)**

Artigo apresentado à Coordenação de Licenciatura em Ciências Humanas do Centro de Pinheiro, da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas – Habilitação História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Cunha de Carvalho

Pinheiro  
2019

Ficha catalográfica

RAIMUNDA NONATA SOUSA ALMEIDA

**EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO  
DE PALMEIRÂNDIA (MA)**

Artigo apresentado à Coordenação de Licenciatura em Ciências Humanas do Centro de Pinheiro, da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas – Habilitação História.

Aprovado em : \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Cunha de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Alexandre Vítor de Lima Fonsêca (UFMA/ Pinheiro)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Me. Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA/ Pinheiro)  
Universidade Federal do Maranhão

## **EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRÂNDIA (MA)**

### **Resumo**

O artigo objetiva realizar uma análise da evolução socioeconômica e territorial do município de Palmeirândia, Estado do Maranhão. A metodologia utilizada se deu a partir de uma revisão bibliográfica, bem como por pesquisas de dados quantitativos confrontados com dados qualitativos, uma vez que se fez uso de entrevistas semiestruturadas com representantes locais que pudessem destacar informações relevantes. A pesquisa não conta com a realização de um recorte temporal preciso, considerando a dinâmica temporal da variedade de dados. Os resultados da pesquisa apontam que os últimos anos foram marcados por importantes mudanças nas diversas esferas sociais na realidade do município, dentre as quais cabe destacar a economia, a política e, principalmente, a humana e social, bases subsidiárias para a promoção de um desenvolvimento local, mesmo este sendo bem discreto e não tendo alcançado marcas tão expressivas. É imprescindível, diante o exposto, que políticas públicas sejam pensadas e desenvolvidas como estruturas para melhorar a qualidade de vida e amenizar as desigualdades sociais existentes. Aponta-se a importância em investimentos nas linhas de geração de emprego e renda, exploração da terra a partir da agricultura familiar, pecuária, e outras alternativas geradoras de economia, favorecendo as exportações.

**Palavras-chave:** Diagnóstico. Socioeconomia. Palmeirândia.

## **SOCIOECONOMIC AND TERRITORIAL DEVELOPMENTS IN THE CITY OF PALMEIRÂNDIA (MA)**

### **Abstract**

This article aims to analyze the socioeconomic and territorial evolution of the municipality of Palmeirândia, State of Maranhão. The methodology used was based on a literature review, as well as quantitative data searches compared with qualitative data, since semi-structured interviews were conducted with local representatives who can show relevant information. A search does not contain an accurate temporal realization, considering a temporal amount of data. The results of the research indicate that the last years were marked by important changes in the various spheres of social reality of the municipality, among which are the dimensions that show an economy, a policy and, mainly, a human and social, subsidiary bases for the promoting local development, even though it is very discreet and does not have such expressive brands. It is essential, given or exposed, that public policies be considered and created as structures to improve the quality of life and soften existing social inequalities. The importance of investments in the lines of employment and income generation, exploitation of land from family agriculture, livestock and other economy-generating alternatives is favored, favoring exports.

**Keywords:** Diagnosis. Socioeconomics. Palmeirândia.

## 1INTRODUÇÃO

O estreitamento das relações sociais e a significativa expansão das concepções de desenvolvimento ao longo das últimas décadas têm propiciado ampliação das mais diversas atividades econômicas em todas as regiões do Brasil, nos mais variados contextos. Tal perspectiva, nesse sentido adverte para a necessidade da ocupação e exploração dos territórios, o aprimoramento de negócios, exploração de recursos naturais, investimentos numa dinâmica de mercado alinhada às necessidades atuais, flexibilidade e estruturação de áreas de produção mais eficientes, voltados ao crescimento econômico e desenvolvimento dos socioterritorial.

Esses elementos, ocasionam fatores vinculados à evolução socioeconômica dos territórios e podem ser analisados por indicadores quantitativos e qualitativos, que demonstram a diferença entre crescimento e desenvolvimento, tais como políticos, demográficos, sociais, econômicos e de infraestrutura. É o caso do Maranhão que, embora tendo significativo crescimento, ainda se mantém como um dos estados brasileiros mais pobres do país, ocupando a penúltima posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o IBGE (2015), e com baixa participação do PIB e da renda per capita média do maranhense de R\$ 509,00.

Grande parte dos seus municípios vivenciam situações que refletem uma série de índices negativos, como os de renda, saúde e educação. Diante disso, objetiva-se analisar a evolução socioeconômica e territorial de um município que em sua configuração socioterritorial possui baixos indicadores – o município de Palmeirândia– MA.

Este trabalho também se configura como um aporte bibliográfico para futuras pesquisas, considerando a escassez de materiais encontrados com enfoque a tal problemática na realidade do município. Se constitui ainda como base para planejamento, organização e implantação de políticas públicas e econômicas, contribuindo para maior adequação e efetividade destas.

Com o intuito de atender aos objetivos norteadores da pesquisa em questão a proposta da investigação partiu de uma revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos eletrônicos a partir das plataformas *Google Acadêmico* e *Scielo*, bem

como de Revistas Científicas, documentos públicos de órgãos governamentais e dados estatísticos.

Tendo como ponto focal análises quantitativas, os indicadores foram pesquisados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e Plataforma Alice Web (do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços). Os dados coletados foram devidamente analisados a fim de legitimar as mais significativas marcas de desenvolvimento na realidade do município.

Vale ressaltar que os dados quantitativos foram confrontados com dados qualitativos, uma vez que se fez uso de entrevistas semiestruturadas que consiste em uma metodologia mais espontânea sendo utilizadas questões determinadas com representantes locais que pudessem destacar informações relevantes. As entrevistas tiveram por foco as diversas áreas de atuação com representações do município de Palmeirândia: Secretário Municipal da Administração (Baltazar Neto Santos Garcia), Secretária Municipal da Educação e Cultura (Bianka Maria Pereira Pinheiro), Secretário Municipal de Assistência Social (Ciramar de Jesus Melo Ferreira), Secretário Municipal de Transporte (Adelson de Jesus Soares) em consonância com análise de dados de fontes secundárias e conversas informais com a população local.

Faz-se pertinente colocar em evidência que este artigo não conta com a realização de um recorte temporal preciso, considerando a dinâmica temporal da variedade de dados. De forma geral, o recorte histórico político se deu desde 1962 e o recorte quantitativo se apresenta desde o ano de 1991 até o ano de 2014, com saltos de indicadores.

Para fins de organização, este artigo está subdividido em quatro seções, sendo a primeira a seção introdutória. A segunda seção trabalha a perspectiva de destacar que desenvolvimento e crescimento econômico e territorial não são sinônimos, ressaltando aportes teóricos sobre desenvolvimento e crescimento, na realidade brasileira e maranhense. A terceira por vez, contempla as marcas do desenvolvimento socioeconômico e territorial do município de Palmeirândia, evidenciando dados e contrastes históricos, políticos, geográficos, sociais, demográficos, econômicos, educacionais, de assistência social, de infraestrutura e

desenvolvimento humano local. A seção seguinte corresponde às Considerações Finais. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas.

## **2 DESENVOLVIMENTO X CRESCIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL**

### **2.1 Breves apontamentos teóricos sobre desenvolvimento e crescimento**

Tratar acerca das ideias e concepções de economia é algo eminentemente interessante tendo em vista que constitui um pilar básico para o desenvolvimento das diversas sociedades e contextos. Diante disso, conforme apontado por Souza (1993), existe duas correntes sobre o pensamento econômico. A primeira corrente destaca o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto a segunda o crescimento como condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é uma condição suficiente.

Sandroni (1999) considera o desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto), estando acompanhado por melhores níveis de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o estudo do desenvolvimento econômico e social,

[...] partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. Durante o século XIX, a industrialização de muitos países da Europa e da América do Norte reduziu os demais países à condição de colônias políticas e/ou econômicas dos primeiros. A guinada para o desenvolvimento, ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial, foi quase sempre precedida por mudanças políticas profundas (especialmente a conquista da independência política e a formação de governos que colocavam o desenvolvimento nacional como objetivo principal); a partir daí fortaleceu-se a idéia de “desenvolvimento”, um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados “desenvolvidos”. O desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais). De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo (SANDRONI, 1999, p 169-170).



Oliveira (2002) destaca que na segunda corrente estão encaixados os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, conceituando o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas. O desenvolvimento, resultaria do crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida, ou seja, inclui:

As alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Diante disso, Milone (1998) defende que o desenvolvimento econômico é caracterizado como aquele que é observado ao longo do tempo e da existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Fica claramente expresso e considera-se a perspectiva quanto à aferição dos indicadores de renda, que estes constituem-se como bases muito importantes para compreensão das realidades e como condicionantes de representatividade da efetivação e eficiência das políticas sociais e econômicas, favoráveis às transformações das realidades.

Portanto, o desenvolvimento deve ser considerado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social, cabendo ressaltar que com a descoberta de relações de causa e efeito, por acaso ou com o uso de métodos científicos, foi utilizada com vantagens para melhorar a qualidade de vida da humanidade. Desse modo, aos poucos, o desenvolvimento passou a significar também movimento, processo, transformação e libertação (SIEDENBERG, 2006).

Em conformidade a isso, Oliveira (2002) destaca que desenvolvimento consiste em crescimento dos incentivos positivos no produto e na renda diversificada para atender as necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. Assim, conforme

apontado, o desenvolvimento passa a ser compreendido como um resultado do processo de crescimento, pelo qual alguns indicadores permitem constatações.

Partindo desse pressuposto, nota-se que crescimento estando relacionado ao desenvolvimento está intimamente ligado aos múltiplos aspectos e relações contextuais, percebendo nos mais distintos aspectos possibilidades de produção e construção de sistemas que se bem planejados e geridos auxiliam as transformações fundamentais e necessárias à formação de uma economia sustentável e efetivamente inteligente reconhecendo e considerando os potenciais dos territórios.

Em meio a abordagem da pesquisa, cabe considerar que o Estado do Maranhão, apesar de avanços importantes em alguns setores econômicos e sociais, ainda reúne grande número de indicadores considerados negativos, marcados por aspectos estruturais e conjunturais.

## **2.2. Desenvolvimento socioeconômico maranhense**

Conforme apontado pelo IBGE, o Estado do Maranhão possui uma população em crescimento, estimada em 2018 de 7.035.055 habitantes e, considerando o Censo de 2010 (IBGE, 2010), a população correspondia a 6.574.789 habitantes. Para tanto, a densidade demográfica compreendia 19,8 hab/km<sup>2</sup>.

A distribuição da população por gênero apresenta o seguinte resultado (IBGE, 2010): homens - 49,61%; mulheres - 50,39%, o que acompanha a média nacional que é, respectivamente, 48,97% e 51,03%. PereiraFilho (2015) ressalta que ao se observar o desenvolvimento da população maranhense, total e por situação de domicílio, o Maranhão só fez a inversão rural-urbana por volta dos anos 1990, cerca de trinta anos depois que essa inversão ocorreu no país.

O índice alarmante de analfabetismo em pessoas acima dos 10 anos, ainda na primeira década do século XXI, demonstra a razão do atraso econômico do estado e diz muito também da atuação das elites políticas maranhenses ao longo da história. Evidencia-se a partir um sistema político-social desigual e fragilizado, calçado com grande expressão na falta de ações públicas de valorização e principalmente, garantia acesso aos direitos sociais básicos (PEREIRA FILHO, 2015).

Ao se tratar da concepção e desenvolvimento da economia maranhense, a mesma é marcada historicamente por ciclos de forte influência econômica, tais como da cana-de-açúcar, algodão e babaçu. Contudo, o desenvolvimento do Estado do Maranhão tem se dado significativamente pelos investimentos na agricultura, agropecuária, extrativismo, comércio, agroindústria e pelo turismo.

Em comparação entre os Produtos Internos Brutos (PIBs) do Maranhão e do Brasil, a partir de 2003, somente nos anos da crise (2008 e 2009) o crescimento do Maranhão foi menor que o do Brasil, pois, proporcionalmente, a economia local é muito mais vulnerável às flutuações externas (PEREIRA FILHO, 2015).

Analisando a economia maranhense como um todo, na primeira década do século XXI, cerca de 70% do seu PIB vem de três setores dinâmicos: ferro, alumínio e soja. Em se tratando da perspectiva das linhas industriais exploradoras, o Complexo Portuário Integrado pelos terminais da Ponta da Madeira, Alumar e Itaqui são responsáveis por 50% das movimentações portuárias do Norte e Nordeste, exportando principalmente alumínio, soja, ferro e manganês (PEREIRA, 2016).

Há, pois, a necessidade (e possibilidade) de crescimento de outros setores, tais como o turismo, a cadeia produtiva da pesca, a agricultura, pecuária e agroindústria, a bioenergia e a inovação tecnológica, além de uma possível diversificação da atividade industrial. Faz-se pertinente destacar que a agricultura maranhense compreende um expressivo cultivo em produção de soja, cana-de-açúcar, arroz, milho e mandioca. Tais atividades têm significativa contribuição nas redes de consumo e exportação (PEREIRA FILHO, 2014).

Portanto, apesar dos avanços alcançados, alguns desafios deverão ser enfrentados no futuro, bem como a dimensão territorial do desenvolvimento, apesar das tendências positivas aqui ressaltadas, requerendo contribuições políticas para um melhor desempenho econômico e social, assim como a ausência da formação de ambiente adequado para investimentos em diversos setores, considerando a necessidade de maior participação popular nas tomadas de decisões.

Assim, diante da realidade apontada, resolveu-se analisar o desenvolvimento socioeconômico e territorial de parte do Estado do Maranhão, tendo como recorte o município de Palmeirândia, para tanto foram selecionados

alguns critérios que foram considerados como significativos diante da referida compreensão.

### **3 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRÂNDIA (MA)**

#### **3.1. Descrição sobre o processo de ocupação e evolução político do município de Palmeirândia**

Sabe-se pouco da história de Palmeirândia, porém dados obtidos em informações de moradores locais, afirmam que no início do século passado o povoado Palmeiras, como era conhecido e que lhe dera origem, era um dos mais desenvolvidos do Município de São Bento, juntamente com Macapá, hoje Peri Mirim.

Em 1903 segundo registros desse momento histórico, Palmeiras já era ligada a São Bento por telegrafia e telefonia. Em 31 de dezembro de 1959, pela Lei Estadual nº 1997, Palmeiras foi desmembrado de São Bento e Peri Mirim e elevado à categoria de município com o nome de Palmeirândia, tendo como principal colaborador desse processo o Dr. Antenor Abreu, político da época – Deputado Estadual.

No ano de 1961 o Governador do Maranhão, Newton Bello (PST), nomeou o Sr. José Ribeiro Padilha para administrar provisoriamente o município de Palmeirândia até que se realizasse a eleição para a escolha do primeiro Prefeito do Município. Edgard Abreu Melo (foi eleito como prefeito nas Eleições de 1961 e foi empossado no dia 17 de janeiro de 1962, data em que se comemora a emancipação política e aniversário da cidade.

Como fora ressaltado, em 1961, José Padilha Ribeiro, foi nomeado pelo governador Newton Bello, interventor do município de Palmeirândia, até que fosse realizada a eleição. Diante disso, em 1962, o senhor Edgard Abreu Melo, venceu as eleições do seu adversário, suas principais obras durante seu mandato (1962 a 1967) Construção da Prefeitura, Abertura de ruas (Rua do Fio, Rua Bernardino Trinta e Rua grande, Centro) e estradas facilitando o deslocamento das pessoas até a sede do município, Ramal, Zé doutor a Santa Eulália, São Miguel, Cafundoca, construção de Escolas da Sta. Eulália, Cauaçu, São Miguel, construção da

Delegacia de Polícia; trouxe a Agência dos Correios, construção de posto de saúde na sede e na Sta. Eulália, barragem Beira ao Cauaçu e outras.

O segundo prefeito eleito no município de Palmeirândia foi José Maria Pinheiro (ARENA), na ocasião venceu as eleições de 1967, concorreu contra o primeiro administrador do município, seu mandato foi de 1968 a 1971, em sua gestão foram realizadas a manutenção de ruas, abertura e manutenção de estradas (Sede ao povoado Triângulo), manutenção das Instituições públicas entre outras.

Raimundo Saturnino Câmara (MDB) foi o terceiro administrador eleito, tendo sua gestão compreendida entre os anos de 1972 a 1976, assumiu os dois anos restantes do mandato, o mesmo não realizou nenhuma obra, o seu mandato durou 2 anos e seu vice-prefeito, Raimundo Barros, assumiu os dois anos restantes do mandato.

Já se tratando do período de 1977 a 1981, Palmeirândia dispunha de um novo gestor público, o senhor Remi Abreu Trinta (ARENA). Este foi Deputado Estadual por três mandatos, Deputado Federal por três mandatos e Secretário Estadual, teve como suas principais obras construção de escolas (Bernardino Trinta, Cema, escolas do Macapazinho, Sta. Eulália, Brido/Cafundoca, Fundação da Maternidade Antenor Abreu, calçamento<sup>1</sup> de ruas, construção da praça Sto. Antônio; Praça Luzia Trinta, Secretaria de Educação, instalou água encanada e energia elétrica, matadouro municipal, cabe ressaltar que o prefeito daquela época trouxe emendas e projetos de água encanada e energia elétrica para a zona rural na gestão seguinte.

O gestor público do período de 1982 a 1987 foi José Carlos Muniz (PMDB), uma pessoa de grande representatividade no município por já ter exercido a função pública como Secretário de Administração. Realizou obras como construção de escolas (Jardim de Infância e José C. Muniz) na sede, construção de escolas de alvenaria na zona rural, conjunto São Francisco, construção do Hospital São Carlos, calçamento de ruas; reforma e ampliação do prédio administrativo (Prefeitura).

---

<sup>1</sup>Ato ou efeito de calçar (uma rua, uma estrada), piso pavimentado (de rua, estrada).

Do período de 1988 a 1992, este foi administrado pelo senhor Durval Aroucha. realizou construção de escolas, instalação de postos telefônicos na sede e zona rural, construção da rodoviária da cidade, calçamento de ruas; construção do matadouro, construção da barragem Beira ao Alegre, construção de pontes e instalação de energia elétrica-Triângulo a São Luís Gonzaga.

Nilson Santos Garcia (PFL) foi o único gestor público do município que exerceu três mandatos administrativos, sendo estes entres os anos de 1993 a 1996; de 2001 a 2004; e de 2005-2008. Dentre suas principais obras estão a abertura e manutenção de estradas, perfuração de poços artesianos, eletrificação rural, construção, reforma e ampliação de escolas de escolas, pavimentação da área urbana do município, Concurso Público Municipal, construção de Unidades de Saúde, Estádio Municipal, construção do Farol da Educação, jogos escolares, campeonatos municipais, arraiais, conferências municipais, jornadas pedagógicas, construção do conjunto Raimundo Pereira, quadras e ginásio esportivos, aquisição de transporte escolar, aquisição de ambulâncias, construção da feira municipal, construção do matadouro, revitalização da Praça Santo Antônio, reforma do hospital São Carlos, construção de unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), apoio ao Fórum da Juventude, limpeza urbana etc.

Já entre os anos de 1997 a 2000, o administrador do município foi o senhor Danilo J. Abreu Trinta (PFL), filho de família palmeirandense, porém sempre residiu em São Luís. Suas principais obras foram abertura e manutenção de estradas, realização do 1º Concurso Público Municipal, perfuração de poços artesianos, energia elétrica na zona rural, construção do conjunto habitacional-Vila Elisabeth (Alto do Amor), construção de postos de saúde e outros.

Entre os anos de 2009 a 2012, o prefeito também natural de Palmeirândia, Antônio Eliberto Barros Mendes (PSDB), concorreu por três vezes ao cargo de prefeito municipal, sendo eleito em 2008. As obras realizadas na sua gestão foram a construção de escolas, dragagem do campo, construção de estradas, barragens, aquisição do Hospital Pe. Bento Dominici, criação da Biblioteca Municipal, aquisição de ônibus escolares, incentivo à agricultura, com a criação da Secretaria de Agricultura, pavimentação asfáltica da Santa Eulália e Cruzeiro, instaurou o programa Bombeiro Mirim, instalação do 11º Batalhão da Polícia Militar,

campeonatos de futebol, arraiais, aprovação do plano de cargos, carreira e salários do magistério, realização de conferências municipais.

Já fazendo referência ao período de 2012 a 2016, o prefeito foi Nilson Leal Garcia (PSDB), filho do ex-prefeito Nilson Santos Garcia. O gestor teve a votação mais expressiva na história das eleições municipais.

Em continuidade a abordagem, o mandato atual é gerido pelo senhor Jorge Santos Garcia (PP), irmão do ex-prefeito Nilson Santos Garcia, e tio do ex-prefeito Nilson Leal Garcia. Suas principais obras foram a execução do plano de carreira do Magistério, construção e aprovação do Plano Municipal de Educação, aquisição de transporte escolar, aquisição de ambulâncias, manutenção de estradas, perfuração e manutenção de poços artesianos, realização de Jogos Escolares, construção de escolas, construção de Unidades de Saúde, pavimentação asfáltica, aquisição junto de unidade dentária móvel (Brasil Sorridente), construção de escolas, construção quadras esportivas, realização de campeonato municipal, realização do Concurso Público Municipal, instalação da Guarda Municipal, incentivo à agricultura, apoio ao Fórum da Juventude, realização de conferências de Saúde, Assistência Social, da Educação e da Juventude, na cultura: realização de arraiais e Pré-Carnaval. **(PEREIRA, LEOPOLDINA SOARES E COLABORADORES, 1996 ou 2000).**

### **3.2 Aspectos demográficos e sociais**

Considerando seu território atual, o município de Palmeirândia localiza-se na região nordeste, no Estado do Maranhão, situando-se na Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, área de campos alagados, cuja limitação geográfica está compreendida ao norte com o município de Peri-Mirim, ao sul com São Bento, a leste São Bento e Peri-Mirim e a oeste com Pinheiro (imagem 01). Possui área territorial de 526 Km<sup>2</sup>.

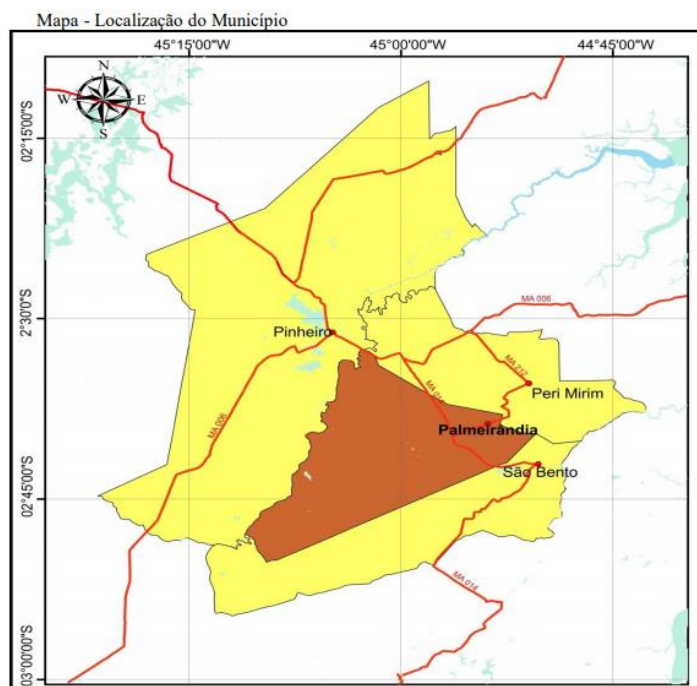


Imagem 01: Limitação geográfica do município de Palmeirândia.  
 Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013.

Nos aspectos populacionais, é notável o crescimento no número de habitantes do município ao longo dos últimos anos, visto que foram crescentes os números apresentados pelo IBGE a partir dos últimos censos que representam o quantitativo de pessoas com residência, tanto no âmbito rural, quanto urbano. Nesse contexto, ainda é importante destacar que a população rural é superior à população urbana e tem apresentado um crescimento proporcionalmente maior, caracterizando o município como predominantemente rural, indo contra a tendência que se apresenta no contexto nacional (Quadro1).

	1991	2000	2010
<b>População Total por Gênero</b>			
População Residente Masculino	7.858	8.696	9.388
População Residente Feminino	7.707	8.568	9.376
<b>População Total</b>	15.565	17.264	18.764
<b>População Total Urbano X Rural</b>			
População Urbana	2.337	3.208	3.459
População Rural	13.228	14.056	15.305

Quadro1: Características Populacionais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos 1991, 2000 e 2010.



Tal como apresenta o quadro em questão, a variação no percentual do total de habitantes, conforme aponta os últimos censos, foi de 9%. Para tanto o censo 2000 destaca que 81% da concentração populacional se dava no ambiente rural e 18% no ambiente urbano, enquanto que o censo de 2010, a maior concentração da população se deu também no âmbito rural, com 82%, enquanto que 18% na realidade rural. É perceptível a partir dessa realidade que a população ao longo desses dez anos cresceu 9% no contraste do campo, enquanto que 8% no âmbito urbano.

Segundo os dados do IBGE, o município que em 2010 tinha uma população de 18.764 habitantes, atingiu um crescimento, alcançando 19.722 habitantes (estimativa para o ano de 2019), com uma densidade demográfica de 35,7 hab/km<sup>2</sup>.

Ainda segundo o IBGE (2010) a maior parte da população está localizada na zona rural do município, 15.305 habitantes, ou seja 81,56%, e 3.461 habitantes residem na zona urbana, ou seja, 18,44% do total. Dessa população 9.388 habitantes são homens o que corresponde a 49,97% e homens somam 9.876 habitantes, que corresponde a 50,03% da população.

Nessa perspectiva, se comparados os últimos dois censos (2000 e 2010), os índices de crescimento da população com ênfase a homens e mulheres na realidade do município teve relevante crescimento, 8% em torno do sexo masculino, enquanto que 9% em torno do sexo feminino.

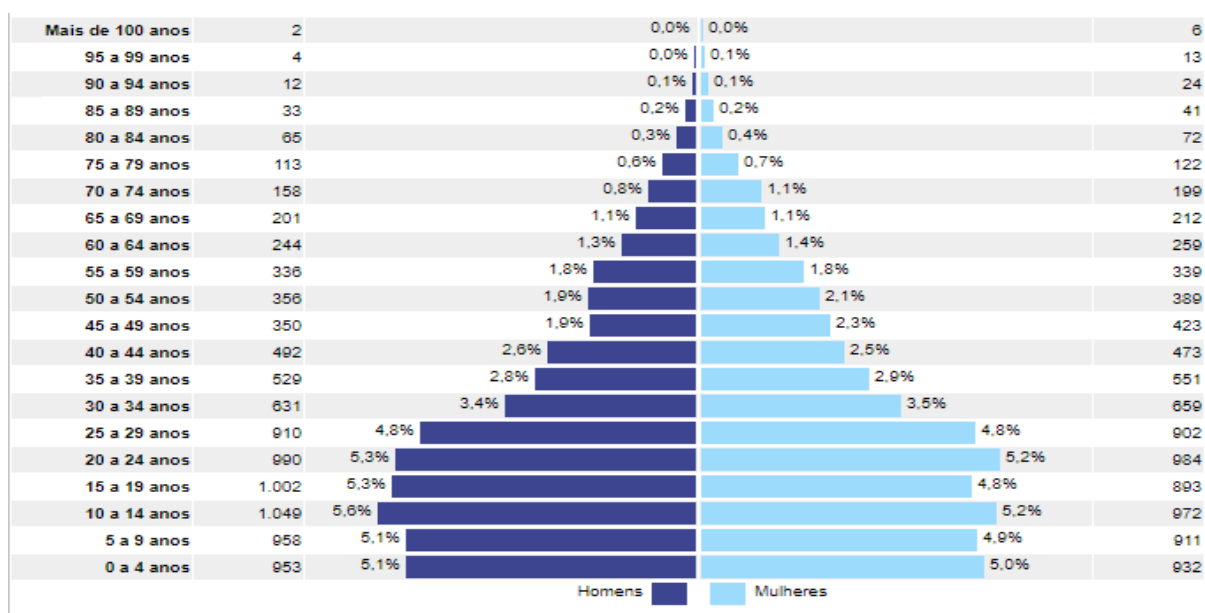


Imagem02: Distribuição da população por sexo em Palmeirândia, segundo os grupos de idade.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos 2010.

Tal como aponta a pirâmide etária o município evidencianúmeros bastante relevantes da população de crianças e jovens, quando volta-se a analisar a distribuição da população por idade. Faz-se importante ressaltar que o número de idosos apresenta uma margem pequena. (Imagem 02). Esse quantitativo permite destacar que, na atualidade,o município dispõe de um índice favorável de força de trabalho, bem como precisa ter uma estrutura, sobretudo educacional, que atenda a população em idade escolar.

Já dando destaque às marcas socioeconômicas do município, é importante destacar seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M que, de forma geral, considera os indicadores de educação, saúde e renda. Em 2010 o município apresentou um IDH de 0,556, de acordo com segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2010), o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0, 500 e 0,599).

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,715, seguida de Educação, com índice de 0, 492, e de Renda, com índice de 0,488, apresentando aumento gradativo entre os anos de 1991 a 2010.

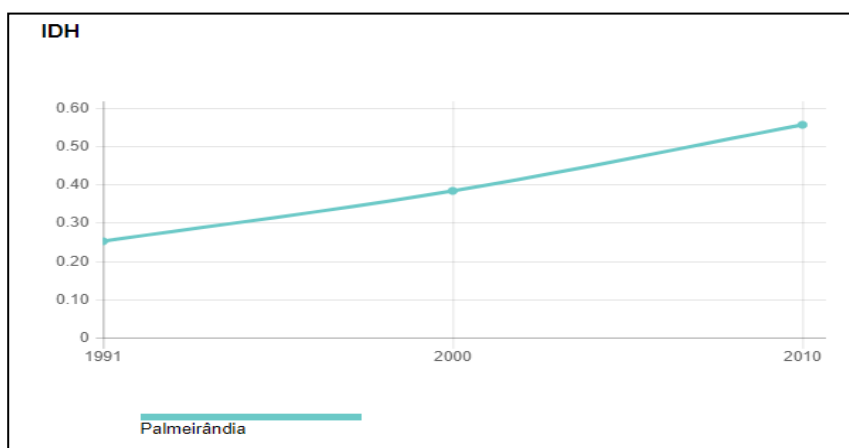


Imagem 3: IDH do município de Palmeirândia.  
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Na imagem 3 e no quadro 2 evidencia-se um patamar evolutivo no IDH. Em 1991 o município ocupava a posição 139ª com índice de 0,253, já no ano 2000 subiu para 112ª posição com índice de 0,383, um aspecto relevante observado no quadro é que em 2010, o município caiu para 148ª com cerca de 0,556 no IDH-M (geral), acredita-se que fatores como expectativa de vida, nível de saúde tenham sido os principais responsáveis por esse baixo nível.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO						
Município	Anos /Posição					
	1991	Posição	2000	Posição	2010	Posição
Palmeirândia	0,253	139º	0,383	112º	0,556	148º

Quadro 2 – Demonstrativo dos Índices de Desenvolvimento Humano de Palmeirândia.

Fonte: Organizada pela autora com base nos Atlas do Desenvolvimento Humano – anos 1991, 2000 e 2010.

Em face do exposto, é importante destacar que embora conquistas e aumento dos índices em determinados períodos, o município, conforme evidenciado nos resultados do último censo, ainda encontra-se numa zona desfavorável de desenvolvimento humano, pois os indicadores estão a baixo do esperado, o que legitima fragilidades das relações públicas administrativas, geração de empregos, distribuição de rendas, políticas sociais, assistenciais e educacionais etc.

É necessário compreender que o município e a maior parte da população dependem de recursos oriundos de transferência de renda, recursos estes que chegam através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); o Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres em situação de vulnerabilidade e risco social, inscritas no Cadastro Único; dentre outros programas do Governo Federal e convênios com o Governo do Estado.

O Cadastro Único que dá acesso a Programas Sociais reúne dados socioeconômicos das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. No Município, segundo informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em julho de 2019 era de 5.827, dentre as quais: 4.847 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 29 famílias com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 217 famílias com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; 734 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019).

O PBF beneficiou, no mês de junho de 2019, 4.473 famílias, representando uma cobertura de 128% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio mensal de R\$ 256,67 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.148.076,00 no mês (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019).

Tal realidade vai refletir no indicador de pobreza municipal. Assim, da população total, 40,58% estavam na faixa de extrema pobreza, no ano de 2010, tal como é apresentado na tabela 2:

População Total	18.764
População Situação Extrema Pobreza (2010)	7.616

Tabela 02: População com marca de extrema pobreza  
**Fonte:** IMESC; IBGE (2010)

Os indicadores socioeconômicos permitem perceber que a realidade social do município não se difere do quadro de pobreza que aflige o Estado e o país, sendo importante considerar a população nos seus diferentes aspectos, principalmente nas relações sociais existentes que geram desigualdades e que impedem o acesso às políticas sociais que assegurem o aprimoramento das condições de vida da população.

### **3.3 Aspectos econômicos**

O município, embora seja rico em recursos naturais (aspectos geográficos, culturais, econômicos e sociais), é marcado pela má distribuição financeira, pobreza e pela ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda, mesmo que sejam percebidos aumentos gradativos nos índices do Produto Interno Bruto municipal.

De acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC (2014), do PIB Estadual, o setor da agropecuária foi a atividade que registrou o maior crescimento real (de 9,6%) em 2014. É importante destacar que o setor de serviços é o que ocupa maior índice, em todos os anos.

Nesta perspectiva, a Tabela 1, destaca que o Produto Interno Bruto da Microrregião da Baixada Maranhense, em Palmeirândia apresentou índices consideráveis, porém discretos, ao desenvolvimento local: sendo em 2002 o índice

de R\$ 24,7 milhões; em 2006, 36,7 milhões; em 2010, 56,1 milhões, já em 2014 alcançou 107,8 milhões, segundo dados do IBGE (2002, 2006) e IMESC (2010, 2014).

PIB - Baixada Maranhense											
2002						2006					
MUNICIPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	MUNICIPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	13285,911	2228,215	82435	452,381	32328,426	Anajatuba	24653,842	4357,038	30207,667	840,952	60059,499
Arari	9028,427	3108,846	111.985	984,668	36053,885	Arari	15307,826	5702,296	33954,987	1771,045	56736,154
Bela Vista do Maranhão	4140,329	1096,62	41186	128,386	12651,095	Bela Vista do Maranhão	6335,399	1983,768	13775,823	328,076	22423,066
Çajari	10082,043	1189,596	51.233	234,961	21761,208	Çajari	17123,682	2220,214	18034,125	437,339	37815,36
Conceição do Lago-Açu	8768,097	1069,23	52.305	312,003	18604,004	Conceição do Lago-Açu	16926,936	1974,597	14736,489	407,181	34045,203
Igarapé do Meio	4220,192	1003,169	81.142	218,86	12398,309	Igarapé do Meio	8824,31	27949,523	19211,079	4476,012	60460,924
Matinha	7939,302	2115,959	69502	595,272	27316,228	Matinha	11654,609	4251,877	28127,265	857,963	44891,714
Monção	20266,163	2444,257	94.648	489,947	42626,168	Monção	28907,476	4637,348	32463,162	706,724	66714,71
Olinda Nova do Maranhão	7856,761	952,632	39.152	180,038	17260,64	Olinda Nova do Maranhão	10034,613	1756,456	13356,664	537,317	25685,05
Palmeirândia	8424,731	1805,688	56.150	431,141	24700,363	Palmeirândia	10870,735	3279,603	22042,715	541,517	36734,57
Pedro do Rosário	6127,882	1747,935	62169	195,159	20843,72	Pedro do Rosário	9998,34	3729,276	26309,495	450,111	40487,222
Penalva	19659,516	3004,462	96.071	686,484	46696,194	Penalva	26969,261	5721,354	40775,32	997,742	74463,677
Peri Mirim	4622,386	1273,238	35.129	255,332	16093,156	Peri Mirim	6791,552	2411,111	16738,866	488,314	26429,843
Pinheiro	19567,734	9183,256	447.266	5248,2	113823,966	Pinheiro	33119,26	18008,921	141892,351	10390,61	203411,14
Presidente Sarney	7065,769	1323,216	69.129	205,1	18762,275	Presidente Sarney	8959,843	2616,581	17633,199	458,662	29668,285
Santa Helena	7093,831	5913,03	113.287	854,966	39181,791	Santa Helena	13511,038	7494,392	42654,329	1702,506	65362,265
São Bento	6068,087	3500,358	121744	1159,49	37105,228	São Bento	8465,472	7255,586	48774,41	2305,472	66800,94
São João Batista	9984,754	1864,124	45.052	405,152	26713,248	São João Batista	19076,322	3533,42	22541,972	578,678	45730,392
São Vicente Ferrer	6635,079	1794,663	67873	372,158	20229,242	São Vicente Ferrer	9058,667	3316,575	18741,422	717,857	31834,521
Viana	14709,521	4818,984	184.402	1980,42	60031,388	Viana	33491,476	9545,268	65734,076	4164,089	112934,909
Vitória do Mearim	9633,089	3869,743	110.723	1015,23	41807,437	Vitória do Mearim	17755,389	8066,409	47048,261	1955	74825,059
<b>Total</b>	<b>205179,604</b>	<b>55307,221</b>	<b>2032583</b>	<b>16405,348</b>	<b>686987,971</b>	<b>Total</b>	<b>337836,048</b>	<b>129811,613</b>	<b>714753,677</b>	<b>35113,167</b>	<b>1217514,503</b>

2010					
MUNICIPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	24183	4428	52270	1555	82435
Arari	30.683	5.078	73.080	3.144	111.985
Bela Vista do Maranhão	7933	1717	30284	1252	41186
Çajari	13.931	1.496	35.060	746	51.233
Conceição do Lago-Açu	13.225	1.882	36.227	971	52.305
Igarapé do Meio	8.097	31.893	35.883	5.269	81.142
Matinha	14823	3173	49524	1981	69502
Monção	30.292	2.930	60.086	1.341	94.648
Olinda Nova do Maranhão	9.038	1.549	27.733	832	39.152
Palmeirândia	13.391	2.315	39.144	1.300	56.150
Pedro do Rosário	11864	2222	47142	941	62169
Penalva	18.665	3.951	71.741	1.714	96.071
Peri Mirim	6.713	1.443	26.157	816	35.129
Pinheiro	27.996	20.001	355.840	43.430	447.266
Presidente Sarney	25.667	2.783	39.615	1.064	69.129
Santa Helena	19.090	3.803	87.152	3.242	113.287
São Bento	8879	5137	102592	5137	121744
São João Batista	8.081	1.439	34.613	918	45.052
São Vicente Ferrer	16108	2855	47501	1409	67873
Viana	33.158	13.596	128.301	9.347	184.402
Vitória do Mearim	23.475	5.213	78.505	3.531	110.723
<b>Total</b>	<b>365292</b>	<b>118904</b>	<b>1458450</b>	<b>89940</b>	<b>2032583</b>

2014					
MUNICIPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	40.928	8.652	93.745	2.115	145.440
Arari	56.019	10.082	130.324	6.490	202.915
Bela Vista	8.331	4.695	49.316	2.145	64.488
Çajari	22.234	2.583	60.198	1.099	86.114
Conceição do Lago-Açu	28.186	2.994	58.356	1.137	90.672
Igarapé do Meio	14.774	39.952	66.989	12.393	134.107
Matinha	23.418	6.423	88.699	4.066	122.606
Monção	42.687	5.230	110.438	2.633	160.989
Olinda Nova do Maranhão	13.118	4.132	52.701	1.903	71.855
Palmeirândia	22.919	5.114	77.263	2.522	107.818
Pedro do Rosário	15.194	4.863	98.293	1.954	120.305
Penalva	27.666	8.270	114.018	2.607	152.561
Peri Mirim	11.475	2.876	48.405	1.273	64.029
Pinheiro	52282	32310	531659	56.311	672562
Presidente Sarney	49.693	5.736	70.520	1.675	127.625
Santa Helena	43.530	11.016	159.044	7.016	220.605
São Bento	16.284	10.096	171.126	11.839	209.345
São João Batista	13.071	3.955	82.093	1.894	101.013
São Vicente Ferrer	29.128	5.695	80.423	2.738	117.985
Viana	65.168	16.824	236.096	14.785	332.873
Vitória do Mearim	42.656	11.123	143.752	9.239	206.770
<b>Total</b>	<b>638.761</b>	<b>202.621</b>	<b>2.523.458</b>	<b>147.834</b>	<b>3.512.677</b>

Tabela 1: Produto Interno Bruto dos municípios da Baixada Maranhense

Fonte: Tabela organizada por Pereira (2017-2018) com base nos do IBGE (2002, 2006) e IMESC (2010, 2014).

Fazendo análise comparativa dentre os anos de 2002 a 2014 com os municípios próximos (Peri-Mirim, Pinheiro e São Bento) em todos os índices apresentados, Palmeirândia permaneceu na 3ª posição, com mudanças apenas em 2014 quando ocupava a 2ª posição no quesito agricultura, influenciada pelos investimentos na área, principalmente no âmbito familiar. No que diz respeito a produtos e serviços, indústria e impostos, Palmeirândia ocupa 3ª posição no comparativo com seus municípios adjacentes.

Em se tratando da exportação, o Maranhão também se destaca nesse setor, principalmente por produtos como soja e minério de ferro. De acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (*Alice Web*) Palmeirândia não apresenta índices de exportação como apresentada na tabela 2 e nem de importação, como apresentado na tabela 3.

Municípios	2002			2006			2010			2014		
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
Anajatinha - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bela Vista do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conceição do Lago Açu - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Igarapé do Meio - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matinha - MA	0	0	0	406.810	725	1	0	0	0	0	0	0
Monção - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olinda Nova do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeirândia - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedro do Rosário - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peri Mirim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinheiro - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Sarnes - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Helena - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.201	26.786	1.288
São Bento - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São João Batista - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente Ferrer - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viana - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vitória do Mearim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 2: Exportações dos municípios da Baixada Maranhense.

Fonte: Alice Web (organizado por Pereira, 2018).

Municípios	2002			2006			2010			2014		
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
Arajatuba - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bela Vista do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conceição do Lago Açu - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Igarapé do Meio - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matinha - MA	0	0	0	406.810	725	1	0	0	0	0	0	0
Monção - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olinda Nova do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeirândia - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedro do Rosário - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peri Mirim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinheiro - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Sarney - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Helena - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.201	26.786	1.288
São Bento - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São João Batista - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente Ferrer - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viana - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vitória do Mearim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 3: Importações dos municípios da Baixada Maranhense  
Fonte: Alice Web (organizado por Pereira, 2018).

Este aspecto se firma pelas fragilidades de políticas sociais públicas, de investimentos e pelo baixo consumo de produtos externos, em decorrência da pobreza e da má distribuição de renda. O município não apresenta produção voltada para a exportação, assim como não se mostra de modo muito relevante como uma localidade que compra produtos de outros municípios.

Contudo, pode-se evidenciar a existência de produções familiares baseadas em pequenas lavouras de mandioca, feijão, milho, arroz, melancia, dentre outros, sendo uma das fontes de subsistência, além do acesso às políticas públicas assistenciais. No setor produtivo e atividades praticadas do município destacam-se: o primário, secundário e terciário.

No setor primário compreende as atividades do campo, ligadas à produção de alimentos/ agricultura familiar (arroz, milho, mandioca para a produção de farinha e tapioca, batata doce, melancia, maxixe, quiabo e hortaliças, cana de açúcar; frutas), criação de animais bovinos (comum e búfalos), caprinos, suínos e aves), apicultura, piscicultura (pesca em campo aberto criação de traíra, bagre, tilápia, tambaqui, tambacu), extrativismo vegetal (extração de babaçu, palmito, juçara, bacaba, bacuri, palha e madeira) que abastecem o lugar onde são

produzidos e a zona urbana do município e também são vendidos para municípios como São Bento, Pinheiro e outros, gerando renda para as famílias envolvidas.

No setor secundário pequenas indústrias que existem no município e que geram empregos e renda, atividades desenvolvidas por cerâmicas e olarias (tijolos e telhas), marcenaria (portas, janelas, armários), padaria (bolos, doces e salgados) e engenhos de cachaça (água ardente e mel).

No setor terciário agrega o comércio e circulação de produtos e serviços do setor privado e também os serviços públicos que são ofertados à população, tais como: educação, saúde, assistência social, segurança pública, limpeza urbana garantidos pela Prefeitura.

#### **4.4 Educação e Infraestrutura Urbana**

No setor educacional, segundo dados informados pela Secretaria Municipal de Educação existem no município 54 escolas públicas, sendo 49 municipais (05 na zona urbana e 44 na zona rural) e 03 estaduais (02 na zona urbana e 01 na zona rural).

De acordo com o Censo 2018, o quantitativo de matrículas do município foi 914 na educação infantil, sendo 191 na zona urbana e 723 na zona rural; 3.196 no ensino fundamental, sendo 813 na zona urbana e 2.383 na zona rural; e 854 no ensino médio, 673 na zona urbana e 181 na zona rural.

O município dispõe de 10 ônibus escolares que viabilizam o transporte dos diversos alunos às unidades de ensino tanto na zona rural quanto na zona urbana. Vale ressaltar que os mesmos foram adquiridos a partir do Programa Transporte Escolar.

As unidades de ensino têm incentivado progressivamente a produção de alimentos a partir da agricultura familiar, uma vez que credencia os produtores a fim de fornecerem alimentos básicos para a merenda dos alunos no âmbito das escolas. Vale ressaltar, ainda, que a Secretaria Municipal da Educação tem articulado importantes parcerias como órgãos de profissionalização, tais como IEMA, IFMA, SENAR, SEBRAE e SENAC, a fim de oportunizar cursos profissionalizantes aos diversos sujeitos sociais do município. Tais cursos oferecem vinculação ao sistema primeiro emprego, uma base muito importante para que jovens tenham suas primeiras oportunidades de trabalho.



Na infraestrutura de comunicação, o município contou inicialmente como meios de comunicação a rede de telefonia denominada “TELMA” onde eram realizados contatos telefônicos, sendo este no período o único meio de comunicação. Ao longo dos anos com o surgimento das redes particulares de telefonia, TELEMAR e OI, houve a ampliação da rede utilizada nas residências de alguns moradores do município. Com a chegada da telefonia móvel, atualmente o principal meio de comunicação da população é o celular, as operadoras presentes no município são TIM, OI, VIVO e CLARO. No que diz respeito ao uso de internet, esta por sua vez é feita via rádio.

O transporte utilizado pela população de Palmeirândia é feito por carros particulares, motocicletas, ônibus, bicicletas.

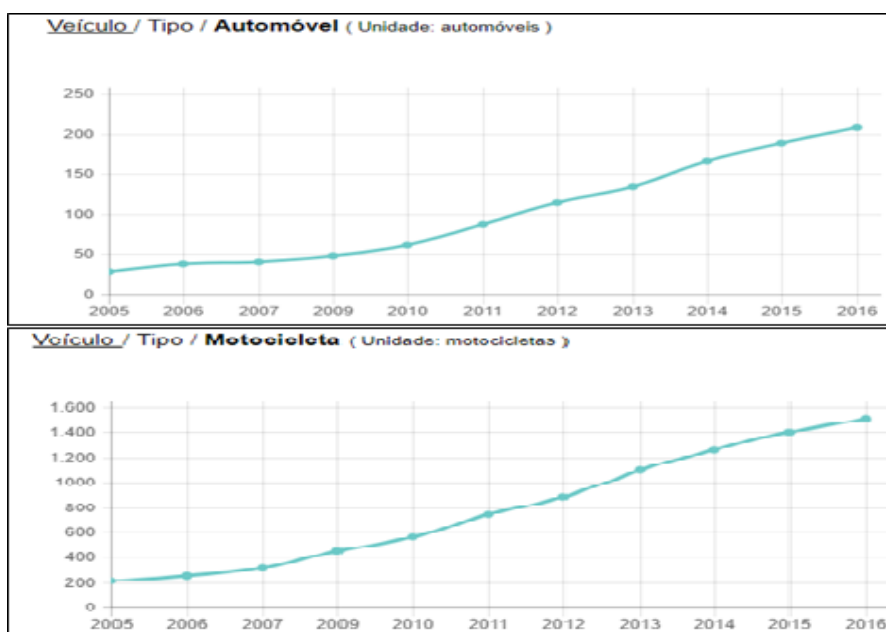


Imagem4: Quantitativo de automóveis e motocicletas em Palmeirândia  
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/palmeirandia/pesquisa/22/28120?tipo=grafico&indicador=28122>

Nota-se claramente (Imagem 4) o quanto a aquisição de automóveis e motocicletas particulares têm crescido expressivamente. Demanda-se a partir daí que o consumo desse tipo de produto tem crescido, bem como o poder aquisitivo das famílias, mesmo que discretamente. Sem falar das possibilidades de compras possibilitadas pelas facilidades a partir das linhas de crédito e financiamento.

## 5CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como se procurou demonstrar neste estudo, o município apresenta marcas bastante significativas de desenvolvimento nas perspectivas sociais, geográficas, econômicas, educacionais, políticas, de infraestrutura e assistência social.

De modo geral, a análise da evolução socioeconômica e territorial do município de Palmeirândia indica que existe aumentos e melhorias discretas de alguns índices, tais como o IDHM, aspectos demográficos e sociais, aspectos econômicos e de educação e infraestrutura. O patamar político indicou que o período em questão é marcado pelo domínio político de uma mesma linhagem, a família Garcia.

Visualizar os dados demográficos e sociais permitiu demonstrar que a população cresceu, tanto no meio rural quanto na realidade urbana. Entretanto o ambiente rural apresenta números maiores de residências e por conseguinte de habitantes, sendo estes de modo geral mais homens do que mulheres. A população do município compreende expressivos números de crianças, jovens e adultos. Os idosos nesse contexto, se apresentam a partir de um percentual pequeno, porém com um aumento crescente.

O Índice de Desenvolvimento Humano acendeu discretamente nos últimos anos, contudo, oscilou bastante ao longo desse período, tanto numa linha crescente quanto decrescente. O IDHM em questão, mantêm-se ainda num parâmetro baixo, embora apresente números de aumento de longevidade e melhorias nos índices de renda.

Partindo desse pressuposto, ficou claro que fatores como as fragilidades das relações públicas administrativas, os baixos índices de geração de empregos, má distribuição de renda, carência de articulação e desenvolvimento de políticas sociais, assistenciais e educacionais mais efetivas, as marcas de baixa expectativa de vida, o debilitado nível de saúde, tenham sido os principais responsáveis por esse baixo nível.

Evidenciou-se também que a maior parte da população depende de recursos oriundos de transferência de renda, recursos estes que chegam através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); e o Programa Bolsa Família (PBF).

Nota-se ainda que o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família teve um importante aumento, contemplando mensalmente uma cobertura de estimativa de mais de 100% de famílias, realidade que favorece expressivamente a reflexão da pobreza no município.

O olhar sobre os aspectos econômicos possibilitou destacar que o município, embora seja rico em recursos naturais é marcado pela má distribuição financeira, pobreza e pela ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda, mesmo que sejam percebidos aumentos gradativos nos índices do Produto Interno Bruto municipal nos últimos anos.

O setor de serviços foi o que apresentou maiores índices, seguido da agropecuária, influenciada pelos investimentos na área, principalmente direcionadas à Agricultura Familiar. Já em comparação com municípios adjacentes, Palmeirândia ocupa posição de destaque considerando produtos e serviços, indústria e impostos.

Tal como se pode notar, o município não apresenta índices relevantes de exportação, visto que a produção não tem enfoque voltado para essa área, no entanto, mesmo de modo discreto, parte dos produtos agrícolas produzidos é vendida em municípios vizinhos. É importante destacar que o município ainda dispõe de pequenas indústrias de fabricação de tijolos, e telhas, marcenarias, padarias e engenhos de cachaça.

A análise sobre educação de infraestrutura urbana apontou que no setor educacional, o número de matrículas de alunos, assim como o quantitativo de unidades de ensino cresceu significativamente, demonstrando que as políticas educacionais de ofertas e integração nas redes de ensino têm sido pensadas e desenvolvidas de modo mais articulado e eficiente. Tal como a população residente, há mais alunos matriculados na zona rural do que na zona urbana, assim como também a quantidade de escolas na realidade do campo é maior.

Em se tratando do sistema de infraestrutura de comunicação, o município conta com estruturas de telefonia móvel e fixa, com coberturas de diversas operadoras. Já fazendo referência as estruturas de internet, as bases de distribuição são feitas a partir do sistema de rádio. No que diz respeito ao transporte utilizado pela população de Palmeirândia, este é feito por carros particulares, motocicletas, ônibus, bicicletas.

É imprescindível, diante o exposto, que políticas públicas sejam pensadas e desenvolvidas como estruturas para melhorar a qualidade de vida e amenizar as desigualdades sociais existentes. Aponta-se a importância em investimentos nas linhas de geração de emprego e renda, exploração da terra a partir da agricultura familiar, pecuária, e outras alternativas geradoras de economia, favorecendo as exportações.

Diante da perspectiva levantada, a importância dessa análise foi mostrar, a necessidade em se construir um sistema de cooperação entre os diversos segmentos da sociedade palmeirandense como alicerce que promove o desenvolvimento, uma vez que as relações sociais, políticas, culturais, educacionais, geográficas se constituem a partir das relações diárias.

Analisar a evolução socioeconômica e territorial do município de Palmeirândia, neste trabalho, permitiu desvelar de forma objetiva a atual realidade do município, podendo assim servir de base para estudos futuros, assim como incentivo e/ou ponto norteador para a implantação de políticas públicas que possam melhorar o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B; MONTEIRO NETO, A.; AMARAL FILHO, Jair; MIGUEZ, Paulo; Guimaraes Neto, Leonardo; LACERDA DE MELO, Ricardo O.; CASTRO, Sergio. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas**. In: Paulo Ferraz Guimarães, Helena Lastres, Rodrigo Aguiar, Marcelo Machado da Silva. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento - NORDESTE. 1ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, v. 1, p. 540-562.

Atlas do Desenvolvimento Humano. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/palmeirandia\\_ma](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/palmeirandia_ma)>. Acesso em 12 jun. 2019.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. Ipea regional, Urbano e Ambiental, n 03. 23-37. dez. 2009. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/091220\\_boletim\\_regional3\\_cap3.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletim_regional3_cap3.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2018

FILHO, Jomar Fernandes Pereira. **Formação Econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento.** In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 01, 2015. São Luís-MA. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo1/formacao-economica-do-maranhao-superexploracao-e-estado-oligarquico-como-entraves-ao-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados de 2009.** IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades, 2013.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210760&search=maranhao|palmeirandia|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MARANHÃO. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Índice de Desenvolvimento Municipal: Ano 2009**, v.1 (2010) –. São Luís: IMESC, 2010.

\_\_\_\_\_. IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: período 2008 a 2012.**v.9. São Luís: IMESC, 2014.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas.** In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único.** Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>>. Acesso em 19 de dez. 2019.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste Planejamento Conflito de Classe.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

PEREIRA, Leandro dos Santos. TAQUES, Fernando Henrique. **O desenvolvimento econômico na Região Nordeste do Brasil sob a ótica das microfinanças.** Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus-BA, 2014. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-6.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PEREIRA, Leopoldina Soares. MARQUES, Maria Benedita. PEREIRA, Norma Célia Oliveira. Palmeirândia. **Apostila de Geografia.** 1996 ou 2000.

PEREIRA, Wallysson Marcelo Sousa Pereira. **Indicadores socioeconômicos e governança territorial: uma análise introdutória sobre a microrregião da Baixada Maranhense.** Território de Iniciação Científica 2017-2018. UFMA, 2018.

Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil». **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em 15 out. 2018.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

VASCONCELOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.